

1. MISSÃO DO CAO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A missão a ser perseguida por este CAO é a produção de teses jurídicas relativas à área de trabalho, sem caráter vinculativo, que se amoldem às políticas e prioridades institucionais, bem como buscar informar os órgãos de execução do Ministério Público sobre inovações, mudanças de orientação jurisprudencial, teses doutrinárias, eventos jurídicos e quaisquer outros fatos que possam contribuir para o bom e regular desempenho das atividades ministeriais na área de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Gênero Feminino.

2. NOTÍCIAS

EVENTO – COLÓQUIO DOS 13 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA

No dia 09 de agosto acontece o **Colóquio Lei Maria da Penha – 13 anos de luta pelas mulheres**, um evento acadêmico que produzirá debates e apresentações de boas práticas nacionais para a prevenção e acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica, além da reflexão sobre mudanças e desafios após a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Clique [aqui](#) para saber mais sobre o evento.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL SOBRE ESTUDOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E GÊNERO FEMININO PARTICIPA DO LANÇAMENTO DE COLÓQUIO SOBRE LEI MARIA DA PENHA



A Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional sobre Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino participou no dia 17 de julho do lançamento do evento “Colóquio 13 anos Maria da Penha”, ocorrido na sede do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Dentre os apoiadores e parceiros do evento estão o Governo de Mato Grosso, a Assembleia Legislativa, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, a OAB Mato Grosso, o Tribunal de Contas do Estado, as Prefeituras Municipais de Cuiabá e Várzea Grande, a Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso, além do próprio Ministério Público. Clique [aqui](#) para acessar a notícia.

SEMINÁRIO EM DEFESA DELAS PROMOVE O DEBATE E PROPÕE MEDIDAS PARA COMBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO



O Seminário Em Defesa Delas debateu ideias e sugeriu medidas para combater a violência contra a mulher em Mato Grosso e em todo o país. O evento ocorreu na última quinta-feira (27) no auditório da sede da Defensoria Pública de Mato Grosso, a partir das 8h30, e contou com a presença de defensoras e defensores públicos,

desembargadoras, advogadas, assistentes sociais, antropólogas e profissionais de diversas instituições de todo o país.

A Promotora de Justiça Sasenazy Daufenbach exibiu um vídeo em que um homem bate a cabeça num poste e acorda num universo paralelo, onde as mulheres têm voz e tomam decisões profissionais, políticas e nos relacionamentos. “Esse vídeo é bem educativo sobre o machismo na sociedade em que vivemos. ‘Homens que agradam não agridem’ e ‘Lá em casa, quem manda é o respeito’ são projetos premiados sobre igualdade de gênero”, exemplificou. Clique [aqui](#) para acessar a notícia.

CE AVALIA INCLUSÃO, NO CURRÍCULO ESCOLAR, DA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Um projeto que inclui conteúdo relacionado à prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica é um dos 16 itens na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) nesta terça-feira (25).



Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontam que só em 2018 foram registrados mais de 4,4 mil casos de feminicídio no Brasil.

Autor do projeto (PL 598/2019), o senador Plínio Valério (PSDB-AM) defende que a ideia é reforçar, desde cedo, questões como respeito e igualdade. Clique [aqui](#) para acessar a notícia.

VÁRZEA GRANDE: MULHERES GANHAM REFORÇO NA PROTEÇÃO COM TRAMITAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS NO PJE

Com cerca de 50 inquéritos novos de casos de violência doméstica por mês, a Delegacia da Mulher de Várzea Grande comemora a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) para o envio e a análise pelo Poder Judiciário das medidas protetivas de forma instantânea. Em funcionamento desde 22 de março deste ano na Comarca, o auto registrado na Delegacia de Polícia segue diretamente para o magistrado responsável. Clique [aqui](#) para acessar a notícia.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: CÂMARA SETORIAL SE REÚNE PARA APRIMORAR MECANISMOS DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES



Câmara Setorial Temática (CST) da Assembleia Legislativa, presidida pela desembargadora Maria Erotides Kneip, aprovou proposta de nota de repúdio contra projeto de lei que altera o artigo do Código Penal sobre “denúncia caluniosa”. Se aprovada a proposta, a pessoa condenada por fazer uma falsa acusação envolvendo “crimes contra a dignidade sexual” pode ter a pena aumentada em um terço.

O deputado que apresentou o projeto de lei anunciou o fato no Twitter e não demorou para que o PL fosse apelidado como lei “Neymar da Penha”, em referência ao caso do jogador acusado de estupro por uma modelo. Clique [aqui](#) para acessar a notícia.



VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PODEM REQUERER AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DO TRABALHO

13 anos após a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006), ainda pairam dúvidas da amplitude do poder de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica.

Além de punir o agressor, a legislação tem dispositivos para afastar a mulher de situações em que ela pode ser agredida. É o caso do afastamento e da transferência do local de trabalho.

Pela lei, um juiz pode ordenar que a mulher vítima de violência doméstica seja afastada ou transferida do ambiente de trabalho por até seis meses. Neste período, a empresa privada é proibida de demitir a funcionária. A previsão está no art. 9º, §2º, II. Clique [aqui](#) para acessar a notícia.

PROMOTORA DE JUSTIÇA EXPLICA NA TV COMO FUNCIONA A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR



As ações implementadas pela Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher foram o fio condutor da entrevista da Promotora de Justiça Regilaine Magali Bernardi Crepaldi, da 6ª Promotoria de Justiça Criminal de Várzea Grande, ao quadro Papo das 6h no Bom Dia MT (TVCA) de sexta-feira (19/06). Na entrevista concedida ao jornalista Luiz Gonzaga Neto, ela fala da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), explica como funciona a rede de enfrentamento, quais são as instituições envolvidas e como é a atuação dos seus agentes.

Regilaine também responde a pergunta de internauta, destaca a criação da Patrulha da Maria da Penha e como a rede trabalha no atendimento às vítimas e também aos agressores. Clique [aqui](#) e confira a entrevista.

3. PROJETOS

EM DEFESA DELAS: DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS PELA GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES



Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil tem a 5ª maior taxa de feminicídio do mundo (assassinato de mulheres em contextos marcados pela desigualdade de gênero). A cada duas horas uma mulher é assassinada no país. A maioria das mulheres foram assassinadas por seus companheiros ou por

parentes próximos. Grande parte dos casos ocorreu em casa. Só em 2018 foram mais de 90 mil denúncias referentes a agressão física, psicológica, sexual, moral e cárcere privado.

Diante disso, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos, com o apoio do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais, lançou o projeto Em Defesa Delas: Defensoras e Defensores Públicos pela Garantia dos Direitos das Mulheres. Clique [aqui](#) para acessar o sítio eletrônico do projeto.